

Agenda Social: anote e participe!

Está para ser aprovado no Congresso Nacional a proposta do Marco Civil da Internet (PL 2126/11) que visa garantir os direitos à liberdade de expressão, privacidade e neutralidade de rede. Porém nos últimos dias, o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, está se empenhando pessoalmente para transformar um longo debate na sociedade em um acordo entre dois setores econômicos, as teles e a radiodifusão. Ou seja, a Vivo, a TIM, a Claro e a Globo. Pelo acordo de Eduardo Cunha, a Globo negociaria ao menos parcialmente a neutralidade na rede e ficaria com o artigo que garante que os direitos autorais no Brasil se sobrepõem aos direitos humanos. É isso mesmo, você não leu errado. A Globo defende que apenas para questões que envolvam direitos autorais não haja necessidade de processo judicial para que um conteúdo seja retirado do ar. Ou seja, você pode defender a pedofilia que tudo bem, mas se divulgar o capítulo da novela no seu blog estará perdido. Enquanto isso, as teles querem ser donas não só dos dutos por onde passam as informações, querem controlar também as informações que passam por ali. E a depender do que estiver circulando, cobrar diferente por isso, como fazem as tevês a cabo. Ou seja, você quer só receber e enviar email, paga 10 reais por mês. Quer assistir vídeo no youtube é vintão. Quer ter um blog, o pacote já fica 30. Quer também colocar vídeos na rede, o preço pode chegar a 100.

É hora de pressionar Eduardo Cunha enviando e-mail, postando memes, ligando no gabinete, utilizando todos os instrumentos democráticos para convencê-lo a recuar desta operação.

A Globo está com medo!

A Suprema Corte da Argentina declarou semana passada a constitucionalidade de quatro artigos da "Ley de Medios" que eram contestados pelo Grupo Clarín. Com esta decisão histórica, o governo de Cristina Kirchner poderá finalmente prosseguir com a aplicação integral da nova legislação, considerada uma das mais avançadas do mundo no processo de democratização da comunicação. A decisão representa um duríssimo golpe nos monopólios midiáticos não apenas na vizinha Argentina. Tanto que a TV Globo dedicou vários minutos do seu Jornal Nacional para atacar a nova lei.

Pelas regras agora aprovadas pela Suprema Corte, os grupos monopolistas do setor serão obrigados a vender parte dos seus ativos com o objetivo expresso de "evitar a concentração da mídia" na Argentina. O império mais atingido é o do Clarín, maior holding multimídia do país, que terá de ceder, transferir ou vender de 150 a 200 outorgas de rádio e televisão, além dos edifícios e equipamentos onde estão as suas emissoras. A batalha pela constitucionalidade dos quatro artigos durou quatro anos e agitou a sociedade argentina. O Clarín – que cresceu durante a ditadura militar – agora não tem mais como apelar.

O discurso raivoso da TV Globo e de outros impérios midiáticos do Brasil e do mundo é de que a Ley de Medios é autoritária e fere a liberdade de expressão. Basta uma leitura honesta dos 166 artigos da nova lei para demonstrar exatamente o contrário. O próprio Relator Especial sobre Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), Frank La Rue, já reconheceu que a nova legislação é uma das mais avançadas do planeta e visa garantir exatamente a verdadeira liberdade de expressão, que não se confunde com a liberdade dos monopólios midiáticos.

No Brasil entidades da sociedade civil e do movimento social se organizaram para encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações para regulamentar o que diz a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras. A marca de 1 milhão e trezentas mil assinaturas colocará o Projeto de Iniciativa Popular por Mídia Democrática em debate no Congresso Nacional! Acesse o material no site do movimento

<http://www.paraexpressarliberdade.org.br/>.

Vamos mudar a história da comunicação brasileira levando às ruas o debate da democratização da comunicação.

Política com P

O dia 12 de novembro será marcado por uma grande manifestação nacional pela reforma política e para coleta de novas assinaturas ao projeto de iniciativa popular sobre o tema, que está sendo coordenado pela chamada Coalizão Democrática pelas Eleições Limpas. O movimento, que conta com o apoio de mais de 160 parlamentares e é formado por 91 entidades, deu início a partir de 25/10 à formalização de apoio de outras instituições.

Por trás da ampliação da iniciativa está o fato de os trabalhos do grupo técnico da reforma política – instituído pela Câmara para tratar do assunto – encontrar-se em fase de conclusão dos trabalhos sem apresentar propostas concretas de mudança na legislação política e eleitoral do país. Há também as preocupações com o atraso na tramitação do projeto de decreto legislativo (PDL) que pede a realização de um plebiscito para que a população decida quais itens quer ver discutidos num projeto de reforma política.

“Estamos aguardando uma discussão sobre esse tema desde 2002 e tudo o que foi tratado na Câmara e no Senado até agora terminou sem qualquer utilidade”, acrescentou a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que preside a Frente Parlamentar pela Reforma Política há mais de dez anos e tem cobrado, no Congresso, maior apoio e comprometimento para com o trabalho da Coalizão pelas Eleições Limpas.

A mobilização – a mesma que trabalhou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa – já conta com 300 mil assinaturas de apoio popular ao projeto. Para o encaminhamento da matéria ao Congresso e sua consequente formalização são necessários 1,5 milhão de assinaturas.

A proposta para reforma política defendida pelas entidades prevê o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, com sugestão de que passe a ser permitida a contribuição individual no valor máximo de R\$ 700 por eleitor e sem ultrapassar o limite de 40% dos recursos públicos recebidos pelos partidos nas eleições.

A coleta de assinaturas está sendo feita em papel ou pela internet, com homologação automática do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para assinar e conhecer a proposta, basta acessar o endereço eletrônico www.eleicoeslimpas.org.br.